

Território, identidade e conflito na escrita de não-ficção *Corumbiara, caso enterrado*

Lilian Reichert Coelho*

RESUMO: Aborda as relações entre Território e Identidade no livro-reportagem *Corumbiara, caso enterrado*, de João Peres, a partir de referencial teórico da Geografia, enfatizando as noções de território, territorialização e territorialidade na leitura da narrativa de um conflito agrário ocorrido em Rondônia. Problematiza a apropriação do conceito de território por outras áreas. Analisam-se os aspectos relativos ao território e à construção da identidade na escrita de não-ficção contemporânea com vistas ao tratamento interdisciplinar do objeto.

Palavras-chave: Rondônia; jornalismo e literatura; geografia; territorialização; territorialidade.

O enredo histórico inicia com a propagação de uma lenda antiga, o Eldorado, cujo objetivo era atrair pessoas para habitar uma floresta, ao mesmo tempo paraíso tropical e “inferno verde” (título de um dos livros de Euclides da Cunha), terra de oportunidades e dificuldades tanto para cearenses em diáspora em razão de secas catastróficas quanto de camponeses do sul e do sudeste espremidos pela mecanização do campo. Foi sempre assim que o governo brasileiro construiu propagandas para iludir pessoas do Brasil e de outros países a fim de ocupar espaços como a Amazônia, a partir de interesses do capital. Em Rondônia, o processo inicia com as buscas por drogas do sertão – cujos registros de exploração remontam ao século XVI –, passa pelos ciclos da borracha, pela marmota que foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, depois pelos processos de colonização impetrados pelos governos militares e pelas grilagens de terras devolutas autorizadas ou disfarçadas, até chegar na extensão aviltante das fazendas de gado e no avanço das monoculturas (notadamente de soja), além da especulação imobiliária.

A rigor, essa é a síntese do enredo da Amazônia Brasileira e, conseqüentemente, do Estado de Rondônia. O objeto deste texto é um livro-reportagem, portanto, uma escrita de não-ficção, intitulada¹ *Corumbiara, caso enterrado*, publicada pelo jornalista João Peres e lançado pela Editora Elefante em 2015, no vigésimo aniversário do episódio conhecido como massacre, batalha ou caso Corumbiara, conflito entre camponeses, fazendeiros (e seus pistoleiros) e Polícia Militar na antiga Fazenda Santa Elina, nos limites do município de Corumbiara. Hoje, no local, existem seis Projetos de Assentamento criados pelo INCRA, onde coordenei atividades de pesquisa e extensão com a juventude entre dezembro de 2014 e maio de 2017. Ali, se escondem mais do que se revelam a complexidade das circunstâncias e as ambiguidades do evento histórico. Uma parte quer rememorar, marcar presença; outra, talvez maior, silenciar, esquecer. O autor do livro-reportagem assim avalia:

Os sobreviventes do caso da Santa Elina se dividem entre os que querem a autoria da narrativa, os que não a controlam mais e os que sofrem com isso, e os que decidiram fazer daquilo apenas uma passagem entre tantas. São pessoas vitimadas pela ação estatal, que a ação estatal decidiu olvidar. (PERES, 2015, p. 283)

Vale questionar, logo de início, que tipo de escrita é a do livro-reportagem (cf. PEREIRA LIMA, 1993), ao mesmo tempo valorizada e marginal, situando-se num espaço incerto denominado por muitos Jornalismo Literário ou narrativo porque contraria, em

alguma medida, o que o campo jornalístico centrado na informação noticiosa criou como critérios de identidade e de diferenciação de outros campos, práticas e discursos sociais. Não pode ser nunca uma escrita totalmente ficcional, conforme os mencionados critérios a fundamentar o campo, mas pode utilizar técnicas literárias diversas na construção da narrativa de uma reportagem, como é o caso do livro-reportagem, ou de um texto como a crônica ou o perfil. Estão todos numa fronteira porosa entre Jornalismo e Literatura, assim como outras produções inclassificáveis pelos parâmetros de gêneros consolidados nos dois campos. Embora haja um impasse significativo em relação aos limites do diálogo, Cosson (2007, p. 253) assim argumenta: “A distinção entre jornalismo e literatura, portanto, não acontece simplesmente por força da oposição entre o factual e o ficcional. O estatuto de literário de um texto não é dado apenas pela sua ficcionalidade, nem o de jornalístico pela factualidade.”

Alguns estabelecem a emergência desse tipo de relação entre Jornalismo e Literatura no início do século XX, a partir da escrita socialmente comprometida de Jack London, George Orwell, Abraham Cahan, dentre outros (cf. FERREIRA, 2003). Segue firme ao longo do século XX, com momentos de glória, como o período e as produções conhecidas como Novo Jornalismo (com expoentes como Gay Talese, Lillian Ross, Tom Wolfe, Norman Mailer, Hunter Thompson e Joseph Mitchell), até a contemporaneidade, quando as fronteiras entre gêneros e campos tornam-se ainda mais permeáveis e os tipos de prosa se intercambiam com menor rigor em relação às formas informativas tradicionais no jornalismo *mainstream*.

Tanto Bosi quanto Sússekind já examinaram, de forma crítica, cada qual a sua maneira, a produção naturalista, o romance de 30, a prosa dos anos 1970 e a vertente que dela descende até os dias atuais, numa linha mais documental que, muitas vezes, é desprezada como literatura ruim. Na leitura de Ferreira, romances e escritas jornalísticas narrativas provocam a emergência “(...) na ordenação subjetiva-objetiva da forma-romance de um enredo de fundação de uma nova sociedade”.

Nelas [obras], como acreditamos, é elaborado um novo conhecimento do real (reprimido de vários modos, a partir de estruturas erguidas sobre relações forma-conteúdo, alinhadas com os realismos de apresentação e de avaliação e seus desenvolvimentos, que, nos seus cruzamentos com o discurso emancipador de esquerda, tornam possível a materialização das contradições antes não aparentes. (FERREIRA, 2003, p. 362)

João Peres, em *Corumbiara, caso enterrado*, sente-se compelido a investigar um episódio do complexo e duradouro tema dos conflitos agrários no Brasil, revelando as ambiguidades e as ações e motivações de todos os lados entre os envolvidos. A escolha é interessante porque o evento passado em Corumbiara, Rondônia, em 9 de agosto de 1995, foi eclipsado por outro episódio, ocorrido nos meses seguintes, em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, Estado do Pará. Até nas disputas narrativas, simbólicas, Rondônia perde no cenário nacional, mesmo quando está na “vanguarda”. Mesquita (2005, p. 1) narra que:

Na noite de 14 para 15 de julho de 1995 centenas de famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam uma pequena parte dos 20 000 ha da Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara. Ao amanhecer do dia 15 o acampamento era uma realidade. Nascia rapidamente um espaço de esperança. Como era uma área de mata, os camponeses construíram os barracos sob as árvores mais altas para proteger a pequena cidade de lona dos constantes vôos de intimidação praticados por fazendeiros e por policiais. A ocupação da Fazenda Santa Elina foi um dos

440 conflitos por terra que ocorreram no Brasil em 1995 e um dos 15 que aconteceram apenas em Rondônia naquele ano (dados da Comissão Pastoral da Terra).

Até hoje, ninguém em Rondônia está muito disposto a conversar sobre o que ocorreu na madrugada de 9 de agosto, nem os que participaram, nem seus descendentes, nem a polícia. O tema é tabu na região; o silêncio prevalece, assim como o medo. O que se pode ter como certo é que, mais uma vez, um crime praticado ou permitido pelo Estado permanece inassumível, quase interdito. Tanto é assim que foi preciso um jornalista de São Paulo para reavivar o caso e sua passagem por Rondônia para lançar o livro-reportagem foi um ato de coragem. Para algumas pessoas, até estar de posse desse livro representa perigo.

Minha vivência de cinco anos na região e as tentativas de desenvolver o referido projeto justamente na área onde ocorreu o evento motivou a escolha pelo tema e pelo objeto deste texto. A questão norteadora centrou-se nos modos como o narrador do livro-reportagem *Corumbiara, caso enterrado*, a partir de todos os constrangimentos impostos pela relação entre Jornalismo e Literatura, construiu a narrativa e as imbricações entre Território e Identidade. Nossa hipótese de trabalho consistiu na aposta de que permanece a leitura de Rondônia como terra sem lei e do episódio como metonímia de uma situação perene na região amazônica por uma postura de indignação e denúncia frente à questão insolúvel da Reforma (ou Revolução) Agrária e dos sujeitos menos favorecidos nas disputas.

Alguns anos atrás, em um evento científico realizado na Universidade Federal de Rondônia, no *Campus* de Vilhena, perguntei a um reconhecido geógrafo brasileiro se não havia incômodo na ciência geográfica pelo uso indiscriminado do conceito de território por outras áreas do conhecimento. Grosso modo, ele respondeu que não, pois ninguém é proprietário do conceito ou deve se portar como tal. Peço perdão porque reproduzo de memória aqui o episódio. No entanto, após uma série de leituras para projetos de ambição interdisciplinar, compreendi que outros estudiosos manifestam abertamente desconforto por isso, inclusive, no interior da própria Geografia.

Muito se tem falado sobre espaço e/ou território. Teme-se até que eles se transformem em novos conceitos *passé partout*, dado o exagero no seu uso (facilmente transformado em abuso), dentro – e mesmo fora – da Geografia. Passado um tempo em que predominou certo desprezo pelo espaço e pelo território, onde tudo parecia fluir e/ou se desterritorializar, onde o tempo parecia ter ‘aniquilado’ o espaço e a rede substituído o território, alguns, logo depois (ou mesmo concomitantemente), começaram a falar num *spatial turn*, numa ‘virada espacial’ nas Ciências Sociais que, especialmente no contexto latino-americano, poderia ser vista também como uma ‘virada’ ou ‘giro territorial’ (...). (HAESBERT, 2015, p. 91).

De qualquer modo, parece haver certo desassossego com o uso instrumental do conceito de território na Geografia e em outras áreas, que, muitas vezes, o empregam num sentido apenas metafórico, sem problematização teórica ou epistemológica. Em alguns casos, território é utilizado como significante aberto (se isso não for uma tautologia), o que não é ruim, mas associável a qualquer significado que remeta a algum aspecto do espaço físico detectável na realidade social ou (re)construído ficcionalmente. Não defendo o confinamento conceitual a áreas de “origem”, mas a apropriação responsável, a marcar quaisquer deslocamentos, a fim de efetivamente se realizar a comunicação entre diferentes áreas do saber científico, que nem sempre estão no mesmo patamar no tratamento de

temas, objetos, conceitos e métodos. Digo isso porque, muitas vezes, o trânsito e as apropriações que um campo faz de outro podem sinalizar uma enganadora simplicidade ou mesmo para o entendimento de que conceitos são estanques ou compreendidos de forma consensual quando não são. E suas historicidades devem ser consideradas, assim como a daquilo a que se referem, seja no plano material ou simbólico.

De fato, o que se percebe é que o debate sobre o conceito de território está muito animado na Geografia, de onde emerge, no Brasil, nos anos 1990, “(...) com várias das características de um modismo.” (SOUZA, 2015, p. 54). De qualquer sorte, todos os fundamentos estão em intenso debate na área, bem como as relações entre si; debate que se desdobra em movimento contrário ao discurso da crise que levou ou fatalmente levará ao fim (do espaço, do território, etc.). Alguns autores questionam a centralidade do território como noção “preferencial” e o refinam (SOUZA, 2015, p. 54); outros defendem a ampliação do conceito e propõem tipos de território em estudos com foco no campesinato (FERNANDES, 2015); alguns explicitamente militam “em favor de uma práxis de transformação social e territorial” (SAQUET, 2013); outros empreendem esforços de revisão dos conceitos para o enfrentamento do “processo globalizador desterritorializante” (HAESBERT, 2015). Fato é que quase todos relacionam, principalmente a partir de uma referência comum, Claude Raffestin, e também Milton Santos, território a poder, ainda que possam ter posições científicas e políticas diferentes e até divergentes. Conforme destaca Souza (2015, p. 55):

O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito de território (...).” [grifo do autor]

Outros pesquisadores confirmam a centralidade da questão do poder na definição de território, considerando verticalidades e também horizontalidades, contra a visão mais clássica que o compreende restritivamente como ação do Estado e de instituições oficiais (cf. FLÁVIO, 2013; FERNANDES, 2008). Por sua vez, Saquet (2013, p. 59-60) explica poder como “(...) processo inerente às relações sociais, envolvendo conflitos e heterogeneidades, são relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e estão presentes em outros processos da vida cotidiana. As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território.”

Falar em poder e território requer mencionar a questão da soberania. E, do ponto de vista que me interessa aqui, uma definição adequada de soberania é a que a considera “(...) uma qualidade ou propriedade exclusiva de todos os tipos de território. Embora não seja ininterrupta. A soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial no interior de um território da nação.” (FERNANDES, 2008, p. 283).

As referidas disputas estão diretamente ligadas aos processos de territorialização, que envolvem, como tudo o que diz respeito ao conceito de território, transformação do espaço (SAQUET, 2013; MACHADO, 2013). “Compreender o território significa entender a lógica dos processos territorializantes, reconhecendo neles as estratégias de ações territoriais, uma particular racionalidade territorial, que se concretiza em um determinado processo de territorialização.” (MACHADO, 2013, p. 118). O estudioso complementa: “É por meio desse processo que espaço, paisagem e território interagem formando um todo complexo onde a sociedade expressa suas marcas.” (MACHADO, 2013, p. 117).

Num texto de 1995 no qual aborda a história da concepção do conceito de território, Haesbert sinaliza, a partir de Allières, que, numa visão política: “(...) mais do que um dado ‘natural’ e espontâneo e que ‘naturaliza’ a construção do Estado-nação, o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII.” (HAESBERT, 2015, p. 120). Esta compreensão torna-se historicamente dominante: a do território como espaço de governança (FERNANDES, 2015, p. 199).

Diversos geógrafos assinalam que “O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço (...)” (FERNANDES, 2008, 276). E, mesmo este, que antecede o território na ciência geográfica, pois “(...) surge na geografia entre 1920 e 1950, quando se busca uma sistematização disciplinar diante das grandes divergências metodológicas nos campos da geografia positivista (Hettner, 1927), e tem como consequência um esforço no aperfeiçoamento da linguagem científica.” (SAHR; SAHR, 2015, p. 160) também é uma construção complexa.

Flávio (2013, p. 92) estabelece distinção conceitual entre espaço e território: “O espaço é compreendido como totalidade social. E o território traduz relações de poder que configuram divisões espaciais, sendo fruto de relações materiais e simbólicas efetivadas pelos grupos nas disputas pela apropriação do território.” Haesbert (2015, p. 101) afirma que: “Na verdade, não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território (...)”

A questão parece ser não interpretar o território apenas como substrato material das coisas, “(...) pedaço qualquer da superfície terrestre” (cf. SOUZA, 2015, p. 60). O território é explicado por Souza, a partir de referências como Foucault e Deleuze e Guattari, como um *campo de força*:

ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso.” (SOUZA, 2015, p. 62).

O pesquisador propõe a “descoisificação” do território rumo à construção e ao entendimento de territórios verdadeiramente autônomos, autogovernados.

Uma ideia mais ampla, menos ortodoxa ou clássica (ao menos na Geografia) de território envolve a compreensão de um aspecto ressaltado de modo enfático por Fernandes, que é o “processo de produção do espaço e dos territórios” e a assunção de que “(...) as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais”, estando “ambos em pleno movimento no tempo, construindo a história.” (FERNANDES, 2008, p. 276), o que torna ainda mais difícil relacionar conceitos a processos sociais.

No jogo das disputas no cenário científico contemporâneo, a revelar a profícua falta de consenso, observam-se vozes dissonantes, como de Sahr e Sahr, que criticam a perspectiva que tem se tornado hegemônica na ciência geográfica: “Constatamos, até aqui, que o atual foco do conceito de ‘território’ no Brasil é ainda aprisionado a uma perspectiva materialista, que se elabora a custos de uma simplificação do conceito do ‘espaço’.” (SAHR; SAHR, 2015, p. 146).

Haesbert (2015, p. 91-92) aponta o desgaste do próprio debate sobre “o que é” território, afirmando que “(...) a questão central não deve ser esta. A questão (...) é com que problemáticas nos envolvemos e “o que fazemos”, concretamente, a partir dos conceitos de

território que (academicamente falando) construímos. O pesquisador defende, a partir de Deleuze, uma visão de conceitos muito mais “transformadores” do que “representações” do real. (HAESBERT, 2015, p. 92) e alerta para as implicações políticas das noções teóricas. E continua reafirmando seu argumento:

(...) é através das problemáticas efetivas envolvidas nos processos de territorialização (ao mesmo tempo materiais e simbólicos) que podemos compreender – e, minimamente, definir – não exatamente ‘o que é’ o território, mas dilemas/ações que, em/através de seu nome, são empreendidos. (...) mais até do que traduzir ‘o que é’ ou o ‘ser’ do território, trata-se de discutir seu *devoir*, isto é, em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território – sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação. (HAESBERT, 2015, p. 103-104).

Devido à mencionada abertura e à complexidade conceitual na Geografia, para o estudo do território ou do espaço na Literatura em viés mais amplo, talvez o caminho que entrevi aqui não seja o mais fácil. Relações entre Geografia e Literatura têm se constituído muito apropriadamente e de modo profícuo a partir do conceito de lugar. E também há um grupo de pesquisadores brasileiros que consideram a geograficidade ou um posicionamento mais específico da Geografia nas Humanidades, a exemplo de Marandola Jr. e Gratão (2010, p. 8). Para eles, trata-se de um “movimento na Geografia” que “(...) ganha força e corpo com os estudos humanistas, a partir dos anos de 1970, e da renovação da geografia cultural, especialmente a partir dos anos 1990 (BROUSSEAU, 1996).” Minha escolha aqui diz respeito ao que apresentei acima pelas palavras de Haesbert, a saber: a problemática com a qual me envolvo e que me levou a selecionar o livro de Peres como objeto é o processo de territorialização de Rondônia e os modos de construção das narrativas sobre o conflito de Corumbiara. E também não se trata de um objeto literário no sentido estrito, mas de uma narrativa que se inscreve no espaço limiar entre Jornalismo e Literatura.

Seguindo o caminho proposto, vale apontar que uma noção complementar (também complexa e difícil) e que interessa aqui é a de territorialidade. Saquet entende territorialidades como correspondentes

(...) às relações sociais cotidianas, tanto econômicas como políticas e culturais, com forte influência da concepção de Raffestin (1993/1980). A territorialidade é o acontecer de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família, resultado e condição do processo de construção de cada território envolvendo, necessariamente, relações sociedade-natureza, fundamentais para a reprodução biológica e social do homem.” (SAQUET, 2013, p. 58).

Conforme Almeida (2008, p. 319), “A territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território.” Por sua vez, Sack define territorialidade como “(...) tentativa de influenciar um grupo ou um indivíduo e controlar pessoas e fenômenos (...)” (cf. ABRÃO, BRISKIEVICZ; MEIRA, 2013, p. 81). Por meio de Raffestin (2009, p. 28), Flávio (2013, p. 96) define “a territorialidade enquanto interação dos homens com o mundo, é ‘um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade’, em seus aspectos materiais e imateriais.”

Pelo exposto até aqui, subentende-se que a identidade está pressuposta no próprio conceito de território. Como assinala Saquet (2013, p. 59): “A identidade também é um dos componentes basilares do território, juntamente com as relações de poder e com a natureza

exterior ao homem (...).” O pesquisador explica um pouco mais, ao ressaltar que identidade envolve “(...) pessoas e relações econômicas, culturais e políticas sem descolamento da natureza e do território. Ela envolve relações afetivas e de pertencimento, porém, não somente isto. A identidade está presente na organização política realizada, normalmente, a partir das diferenças e dos conflitos sociais (...).” (SAQUET, 2013, p. 59).

Observe-se que os autores da vertente materialista (parecem dominar o debate no Brasil) mencionam sempre a questão do conflito como inerente à construção do território. Nesse aspecto, que muito interessa na leitura do objeto em apreço neste texto, vale registrar a noção de conflitualidade apresentada por Fernandes (2008, p. 283), “(...) concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável de desenvolvimento na disputa territorial.” De modo mais detalhado, o mesmo autor define, sempre com vistas ao tema do campesinato:

É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos. (FERNANDES, 2008, p. 284).

O conjunto de conflitos atinente à territorialização do espaço amazônico, de modo geral, é inerente à história da região, o que se acentua na década de 1970, quando os “gestores territorialistas militares” (cf. PORTO GONÇALVES, 2005, p. 32) impõem uma política de integração da Amazônia por rodovias, para contribuir com o desenvolvimento nacional, que se configura como ideologia dominante. Com isso, deve-se questionar o que se entende por desenvolvimento, tema antigo no pensamento social brasileiro, de Capistrano de Abreu, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda até Milton Santos e outros.

Em diálogo com os clássicos do pensamento social brasileiro, Brandão (2012, p. 90) reflete sobre os “processos seculares que legarão uma ‘fisionomia territorial’ peculiar ao país”, derivada da extensão continental do Brasil e do pouco interesse pela ocupação no período inicial da colonização, de feição “(...) meramente protetora e que só posteriormente se tornou exploratória.” O pesquisador analisa também os “movimentos cíclicos regionalizados” (Brandão, 2012, p. 94), que englobam o processo de territorialização da Amazônia.

Na perspectiva de Porto Gonçalves (2005), a Amazônia teve povoamento disperso, em geral, ao longo dos rios, por indígenas, negros quilombolas remanescentes e caboclos seringueiros. Talvez por isso, o discurso dominante tenha se sustentado pelo preconceito, a partir da ideia da Amazônia como vazio demográfico e, conseqüentemente, cultural; portanto, sem desenvolvimento. Esta é a visão colonialista que prepondera até hoje em certas leituras: da Amazônia como vazio, espaço a ser conquistado, no máximo, “um quintal dos fundos do país” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 39). Em concorrência, o autor também destaca o discurso sobre a Amazônia como reserva natural de riquezas que precisam ser exploradas e preservadas, numa contradição insolúvel que se repete até hoje com o suplemento do discurso ecológico. Loureiro (2001) emprega uma expressão interessante, ao apontar os “fatores de auratização” da Amazônia, acentuando o traço ideológico embutidos no processo. As ideias contraditórias e polarizadas de “paraíso tropical” e “inferno verde” se entrelaçam numa ambigüidade que depende de quem se posiciona como sujeito dos discursos e das forças dominantes de territorialização, conferindo coloração perversa quando o discurso dominante assume a Amazônia como “fronteira agrícola”, já no final do século XX, início do XXI.

O atual Estado de Rondônia já foi um território dividido entre os Estados do Amazonas e do Mato Grosso. Em 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé que, em 1956, passou a ser denominado Território Federal de Rondônia. Em 1982, alcança sua emancipação. “As razões para a nova divisão territorial são claramente geopolíticas, haja vista terem sido todos esses territórios [Amapá, Rio Branco e Guaporé] criados em áreas de fronteiras.” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 30). E fronteira, nesse contexto, de acordo com Teixeira (1999, p. 56), (...) antes de ser um espaço geográfico, será sobretudo um lugar simbólico para onde os homens se encaminham cheios de esperanças ou ávidos de cobiça; lugar onde se dão novas construções sociais, quando não se converte, em outras circunstâncias, em ambientes de conflagrações ou de tragédias.”

O historiador Valdir de Souza salienta, a partir da historiografia rondoniense e de uma série de documentos coletados, a ação estratégica dos militares no Estado desde o início do século XX, referindo-se até ao termo “militar-colono” para definir os contingentes policiais de fronteira formados para ocupar a região de Porto Velho no período mencionado.

Sob a ideologia de *Defesa da Nação* implementada pelas Forças Armadas, foram criados, em 1932, os Contingentes Especiais de Fronteira em três pontos dos vales dos rios Madeira e Mamoré, na fronteira com a Bolívia. Durante o Estado Novo, sob a política de *Integração de Fronteiras*, os militares participaram ativamente do processo que culminaria com a criação do Território Federal do Guaporé, em setembro de 1943, a partir do desmembramento das áreas do sudoeste do estado do Amazonas e do noroeste do estado do Mato Grosso. (SOUZA, 2002, p. 12)

A identificação da figura do “militar-colono” é significativa para se compreender a história de Rondônia e, conseqüentemente, o episódio narrado no livro *Corumbiara, caso enterrado*. Souza complementa a ideia, desnudando com detalhes a imagem positiva dos militares como “homens à frente do seu tempo”. Essa atribuição de sentidos positivos ao militar é acentuada no Estado Novo, que tinha como programa a “modernização das regiões de fronteira”, o que estava diretamente associado ao signo da “integração”. Assim, foi criada a figura do “soldado-cidadão”, a transcender seu “papel puramente militar” (cf. SOUZA, 2002, p. 90). O programa Marcha para o Oeste, de Vargas, criou também a figura do nordestino (seringueiro) como “trabalhador nacional”, enquanto fazia vistas grossas para o não cumprimento dos contratos de trabalho pelos seringalistas, latifundiários extrativistas (cf. SOUZA, 2002).

O ideário positivista dos militares dessa vertente adequava-se perfeitamente aos planos de Vargas e das elites locais, pois, como “(...) defensores do progresso e da civilização arrogavam para si a tarefa de ‘civilizar’ os sujeitos e grupos marginais, integrando-os à ‘nação’.” (SOUZA, 2002, p. 155). Em 1944, foi criada a Guarda Territorial, “inspirada no exército colonial”. “A Guarda Territorial era uma corporação de caráter civil de que o governador dispunha para manutenção da ordem do Território e como mão-de-obra na execução de trabalhos públicos”. (ARCARI, 2011, p. 42). Com a abertura das estradas, foi firmado convênio com o Ministério da Viação, que “(...) deslocou para o Território o 5º Batalhão de Engenharia e Construções do Exército Brasileiro – BEC.” (ARCARI, 2011, p. 42). Depoimentos coletados por Arcari revelam que os militares tratavam mal os habitantes locais. “Estes depoimentos demonstram que o 5º BEC fazia o policiamento de maneira autoritária e repressiva enquanto, paralelamente, administrava a construção da rodovia”. (ARCARI, 2011, p. 43). Conforme refere Valdir de Souza (2002, p. 151),

Era comum também o abuso de poder por parte dos soldados e oficiais do Exército e da Guarda Territorial, bem como das Forças Estaduais do Mato Grosso. Casos de espancamento, agressão gratuita e de vinganças pessoais mascaradas de ação policial fazem parte dos processos judiciais contra os militares. Era comum também a disputa pelo poder de repressão entre membros da Guarda Territorial e soldados do Exército.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o processo de territorialização de Rondônia foi marcado por extrema violência, pelas políticas interesseiras de Estado, pela propaganda populista da “integração” a qualquer custo com vistas à “proteção das fronteiras”. A propaganda reiterava que os militares serviam muito bem como “braços” onde estes faltavam e escondia a realidade da expulsão de grandes contingentes de camponeses pela mecanização do campo no Sul e no Sudeste do país. Como consequência, tal processo foi marcado também pelo incentivo ao latifúndio, pela desterritorialização das comunidades tradicionais ou estabelecidas há muito tempo e pela reterritorialização de migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil. Todos, ao menos no discurso oficial, devida e providencialmente “amparados” pelo Estado e suas ideologias ancoradas no “novo” (novo homem, nova terra). Tudo isso está diretamente relacionado ao episódio ocorrido em 1995 na Fazenda Santa Elina.

Em que pese o discurso populista falacioso, a realidade era que: “No final dos anos 70, a fronteira amazônica já se encontrava fechada, com as melhores terras ocupadas, extensos latifúndios em mãos de especuladores e grupos agropecuários gozando dos incentivos fiscais (...)” (SOUZA, 2009, p. 354). Porto Gonçalves aponta a contradição, ao afirmar que:

Se, de um lado, houve toda uma regulação das terras que consagrou o latifúndio como marca do nosso espaço agrário houve, por outro lado, uma história menos destacada, também, é uma das marcas constitutivas da nossa geografia rural: a figura do posseiro, daquele que ocupa um pedaço de terra para garantir a sobrevivência de sua família. Esses camponeses, sem título formal de propriedade da terra, estão presentes em todo o território brasileiro. (2005, p. 52)

O geógrafo francês Hervé Théry estudou a colonização agrícola na Amazônia Sul Ocidental no início dos anos 1970. Sua tese de doutorado, defendida na Universidade Paris I em 1976, foi atualizada e editada no Brasil em 2012. O pesquisador notou, em relação aos migrantes que chegavam a Rondônia, que, “(...) aparentemente, seus pais já tinham hábitos de mobilidade que fazem com que os filhos, muitas vezes, tenham pouco vínculo com uma terra onde eles não tinham raízes.” (THÉRY, 2012, p. 158). Evidentemente, no processo de reterritorialização, novas territorialidades foram construídas pelos migrantes e seus descendentes, pois,

Muitos colonos, de fato, ao saírem de seus lugares tinham expectativa de obter terra não apenas para si, mas também para seus filhos e até outras pessoas incluídas em seu grupo doméstico. Nada assim os impedia; e Rondônia era o lugar para onde aquele sonho convergia. (TEIXEIRA, 1999, p.198-199).

Lima (2001, p. 132) reforça essa ideia, ao afirmar que

(...) poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do sul, principalmente do estado do Paraná, já havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de

outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia.

Nesse ponto, é importante destacar a complexidade dos processos de construção das identidades em Rondônia, o que não é objeto deste texto, mas, especificamente, a identidade campesina em relação a um território. No cerne do debate, a relação ideológica no uso dos termos camponês e agricultor familiar, fomentada pela “lógica de diferenciação e desintegração do campesinato”, conforme tratado por Fernandes (2003), a partir dos anos 1990, com o governo FHC, que criminaliza os movimentos sociais e a luta pela terra, diminuindo as possibilidades de “(re)criação do campesinato” (FERNANDES, 2003, p. 3-4). A problematização sobre o campesinato brasileiro contemporâneo é perpassada por embates científicos e políticos (cf. FERNANDES, 2003) centrados na compreensão do segmento como classe social, como modo de vida ou ambos (cf. MARQUES, 2008).

O que pude observar a partir da experiência em projetos de pesquisa e extensão realizados no Cone Sul de Rondônia com camponeses é que, via de regra, não há um reconhecimento de si (como indivíduo ou membro de um grupo ou coletividade como movimento social) a partir da identidade camponesa que, conforme Rossato e Ronsini (2006, p. 4),

(...) se configura através do trabalho, das relações familiares e comunitárias e, neste caso, do envolvimento com os movimentos sociais. Estes elementos estão intimamente ligados ao apego pelos valores como a solidariedade e a honestidade e pela relação do cultivo da terra que marca de modo decisivo as formas de organizar a vida social no campo.

A maioria das pessoas contatadas se reconhece como trabalhador rural e espera pela atuação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) na luta pelos seus direitos mais básicos. Poucos se (auto)definem como assentados ou agricultores familiares. Sobre o tema, Brandão (2012, p. 85) refere, a partir do conceito de hegemonia em Gramsci, que: “A falta de cidadania e politização eterniza classes com pouca identidade, com pouca ‘consciência de classe’ (...)”. Brandão (2012, p. 86) analisa ainda que:

Com poucos espaços legítimos de participação democrática, as classes subordinadas encontram dificuldades de aglutinação, de organização e de tomada de posição, de concertação de seus interesses e de encontrar canais que deem vazão a suas reivindicações e engendrem uma vontade coletiva sólida.

Nos projetos de assentamento da antiga Fazenda Santa Elina, há uma divisão territorial, político-ideológica e identitária muito evidente entre aqueles que apoiam ou são membros da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP) e os que lhe são contrários. Poucos são indiferentes ou não se posicionam. Tanto é assim que o projeto que coordenei teve de ser executado em locais diferentes de acordo com o grupo, pelo fato de não ser possível reunir as pessoas de diferentes assentamentos e posições ideológicas no mesmo espaço para a realização das atividades. Conforme o narrador de *Corumbiara, caso enterrado*:

Visitei o assentamento algumas vezes. Não é preciso muito esforço para notar a divisão geográfica. De um lado, o dos reformistas, está o local onde ocorreu o conflito. De outro está a sede, uma casa simples, de madeira e concreto, em parte transformada em uma escola de padrão de ensino revolucionário ao lado de um casebre onde foi instalada a sede da igreja evangélica Assembleia de Deus. Em

minha última passagem pelo local, no começo de 2014, poucos dos 409 lotes estavam sendo efetivamente utilizados para plantio. (PERES, 2015, p. 273)

A mencionada divisão não é apenas geográfica, assinala diversos tipos de fronteiras entre os moradores, principalmente as simbólicas e identitárias em relação ao evento traumático do passado. Também vale destacar a menção à presença da igreja evangélica, traço muito comum em Rondônia, tanto no rural como no urbano.

De qualquer sorte, ambos os “lados” sofrem preconceito pelos habitantes do município, seja Corumbiara, seja Chupinguaia (cada lado tem a entrada mais próxima a um desses municípios de aproximadamente oito mil habitantes cada, conforme o Censo IBGE 2010). As crianças e adolescentes são discriminadas na escola da cidade por nem sempre conseguirem chegar asseadas à escola depois do longo trajeto em transporte precário, quando funciona. E também por serem “da roça” (implicitamente, dos assentamentos onde houve o conflito), o que as distingue até na formação de times esportivos durante a recreação. O episódio ocorrido há 20 vinte anos não é motivo de conversas; pelo contrário, há uma espécie de pacto tácito para que seja silenciado, se possível, esquecido. Apenas algumas pessoas relacionadas à LCP participam da manifestação anual para rememoração do evento.

Ambos os “lados”, por assim dizer, vivem em condições de abandono pelos poderes públicos, numa situação de precariedade muito evidente. A informação sobre direitos também é rasa, e as pessoas demoram a confiar em gente de fora, embora sejam ali todos “de fora”. Conheci pessoas migradas do Oeste do Paraná, do Extremo Sul da Bahia e remanescentes de grupos tradicionais da Amazônia. Apesar do machismo reinante, a equipe executora do projeto conquistou a confiança e a adesão de uma mulher para iniciar o processo de mobilização a fim de constituir uma associação de mulheres que teria o simbólico nome de “Menina Vanessa”. Foi desenvolvido todo um trabalho, mas, ao final, essa liderança emergente foi destituída por outras cujos interesses não estavam claros. A concorrência e a comparação entre as pessoas é mais forte do qualquer sentimento coletivo, a não ser, talvez, entre as pessoas da LCP. Acredito que isso tenha relação com a falta de valores partilhados, já que o processo de ocupação foi feito pelo INCRA, não tendo resultado de um projeto social e popular coletivo, embora muitas famílias tenham ficado muitos meses acampadas juntas ali. Predominam valores individualistas que revelam o sucesso de políticas geradoras de desagregação e/ou que impedem a “territorialização da luta pela terra” (FERNANDES, 2003, p. 3-4), mas isso ainda carece de um estudo mais aprofundado. Nesse sentido, Araújo e Haesbert (2007, p. 45) entendem que

A identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser ativada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política.

Logo, se não há reconhecimento de si mesmos como camponeses, mas como assentados que precisam aguardar benesses do Estado; se as pessoas são estigmatizadas por morarem no local onde houve um evento negativo no passado; se optam pelo silenciamento sobre sua condição, não há identidade territorial em termos de reconhecimento de si. A identidade é imposta do exterior, primeiro pelo processo de assentamento engendrado por um agente de territorialização (INCRA, por tanto, Estado), depois, pelos outros, que não vivem no território, mas com ele dialogam de alguma forma. O narrador de *Corumbiara, caso enterrado* afirma que:

Depois do conflito, o INCRA informou que não assentaria os sobreviventes por considerar que a ocupação de terras era um erro e que não se podia passar à frente da fila famílias que descumpriam a lei em detrimento de gente ‘pacífica’. Mas, em seguida, mudou de ideia e decidiu destinar 623 famílias a três assentamentos – nos cálculos do INCRA foram seis, mas alguns deles são contíguos. (PERES, 2015, p. 195)

Isso é importante para se compreender a relação entre território e identidade e também os constrangimentos por que passam as famílias que moram nesses assentamentos hoje. De fato, o INCRA informa ter lançado seis Projetos de Assentamento: Maranató, Zé Bentão e Renato Natan (criados em 2012) e Maranató II, Alzira Augusto Monteiro e Alderico Carvalho (criados em 2013).

Embora os assentados almejem construir suas vidas naquele local, identifica-se certa relação isotópica em relação ao sentimento de pessoas de outros grupos sociais que habitam outros territórios no Cone Sul de Rondônia, que é o reconhecimento de si a partir do lugar de origem da própria migração ou de seus pais. Nota-se menos isso nos mais jovens, mas é bem acentuado nos adultos contatados.

No Cone Sul, de modo geral, em termos de identidade cultural e até ambiental, parece prevalecer a sulista (cf. GOMES, 2012) como hegemônica, pois, na disputa de sentidos e significados na construção de um discurso oficial, a identidade do território Cone Sul de Rondônia caminha para o fortalecimento da ideia de uma relação mais próxima com os migrantes do sul, marcada pelo fato de Vilhena ter se constituído como polo regional do ponto de vista mais tradicional de desenvolvimento (econômico). Minha suspeita é de que isso ocorre em razão do silenciamento sobre a importância de outras identidades de proveniência pela preponderância do fator econômico ligado a valores como “vencer na vida”, conquistar bens, alguma fortuna, sonho da maioria dos que para lá se dirigiram na fuga da miséria e na ilusão alardeada pelo próprio Estado de terra de prosperidade. Ninguém quer assumir ter sido enganado. Na cidade-polo constituída por Vilhena, observa-se que muitos daqueles que se tornaram os mais ricos, os mais prósperos do ponto de vista econômico, têm origem sulista. Valorizam-se os sobrenomes estrangeiros, a pele clara e os costumes preservados como o hábito de tomar chimarrão em rodas de amigos. A construção de uma narrativa oficial em processo, ainda que sem muita disputa em pé de igualdade, talvez tenha como explicação, ao menos em parte, o que o narrador de *Corumbiara, caso enterrado* descobriu:

Rondônia tem pouca historiografia, e menos ainda jornalismo aprofundado. À exceção da Madeira-Mamoré e das expedições de Cândido Rondon pelo sertão, quase todo o resto é ignorado, muitas vezes pelos próprios moradores, o que amplia a sensação de se viver em um estado transitório, por onde se passa ou se fica para mera exploração financeira. Os livros são poucos, a maioria se retroalimenta, alguns são oficialistas demais que neles se acredite. (PERES, 2015, p. 23).

No território Cone Sul, o reconhecimento dos que seriam os pioneiros perpassa pelo viés econômico, com o apagamento de outras identidades étnicas ou de proveniência no que diz respeito ao processo migratório. Sem falar nos indígenas, estigmatizados e totalmente esquecidos nas narrativas de construção do território, como se nunca tivessem ali existido, mas fossem algo de exótico ou do passado. O que torna ainda mais explícita a violência simbólica é o fato do território Cone Sul ter migração recente; com isso, se

conclui que alguns esquecimentos são propositais, como ocorre com o episódio de Corumbiara. Evidentemente, o processo não está concluído, pois, a partir de Hall (2004), entendo identidade como processo, para além de qualquer essencialismo. No entanto, os grupos dominantes sempre tomam para si a tarefa violenta de erigir o discurso oficial sobre as identidades, pois sabem da força do simbólico. Conforme aponta Haesbert (2007, p. 97), “(...) a identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou grupo”.

O narrador de *Corumbiara, caso enterrado* não valoriza o significante Cone Sul, muito importante para as pessoas desse território de modo geral. Trata-se da nomenclatura extraoficial de divisão do Estado, como é comum em todo o país, adotada pela mídia e pelos moradores como forte elemento identitário distintivo, a marcar a distância física da capital e, culturalmente, reforça o traço “sulista” que prevalece nas narrativas, conforme apontei acima, como se houvesse uma ligação “natural” e positiva entre os dois espaços, o sul do Brasil e o sul de Rondônia.

Em relação à narrativa do livro-reportagem de João Peres e do contexto mais específico da área que abrange a antiga Fazenda Santa Elina (como ainda está presente no modo como muitas pessoas identificam o território), observo a construção de um narrador externo ao território que se imbuí da tarefa de contar uma história que resta misteriosa, confusa, contraditória. No início, ele revela como tomou conhecimento do episódio ocorrido em 1995 e se propõe logo a desconstruir as imagens que julga estereotipadas sobre a região de modo geral ou sobre o território compreendido pela Unidade da Federação:

Antes de conhecer Rondônia, a primeira cena que me vinha à mente era a floresta. Densa, gigante, úmida, assustadora. Hoje, saltam na memória campos imensos, desolados, vazios, num fim de tarde, à espera da próxima safra de soja ou da liberação de uma boiada, colados na rodovia federal pela qual circulam caminhões ensandecidos, apressados para cortar o estado de ponta a ponta, desviando repentinamente de crateras surgidas no meio da pista, e raramente consertadas. (PERES, 2015, p. 16-17)

A postura do narrador é algo didática, pedagógica, no sentido de apresentar ao leitor uma história que não ganha projeção na mídia comercial a não ser na ocorrência de algum desastre como o episódio narrado, ou o levante de trabalhadores nas usinas hidrelétricas em 2011, ou as cheias do Rio Madeira, em 2014, o que auxilia na reprodução da imagem negativa de terra distante e atrasada, onde nada pode dar certo. “Rondônia é o Novo Oeste brasileiro, e confina histórias dignas de um ‘old wild west’. Seu vasto território é o retrato de como a ação do Estado pode agravar tragédias humanas”. (PERES, 2015, p. 19).

Na visão do narrador, a violência é a marca de Rondônia, metonímia da história do Brasil, agravada pela sua condição periférica, explorada pelo capital com a conivência do Estado. Algo importante que ele nota é o abandono das pessoas assentadas na antiga Santa Elina:

A eletricidade passa reto e segue viagem, enquanto algumas das famílias da Santa Elina vivem sem luz. As gigantescas torres atravessam o estado, formando um cenário pitoresco, inacreditável: enormes descampados, desprovidos de tudo, invadidos pela alta tecnologia das imponentes estruturas de metal e concreto. Embaixo, faltam água, educação, saúde: tudo. Em cima, as torres pedantes, a tudo assistem, fingindo que nada veem. (PERES, 2015, p. 18)

A revolta que marca o discurso do narrador permite entrever seu posicionamento político-ideológico e dá a tônica da narrativa: a de denúncia sobre o silenciamento das autoridades, da sua recusa ao pronunciamento público franco sobre as responsabilidades do Estado no que ocorreu em 1995 e que marcou profundamente o território e as vidas de algumas pessoas para sempre. O ex-governador, hoje senador, Valdir Raupp, e os policiais envolvidos no caso são acusados. O grande vilão é o Estado. Importa registrar como o narrador analisa a conduta dos policiais, a confirmar a perpetuação do que foi apontado acima sobre o histórico de militarização de Rondônia:

Por duas vezes estive em Vilhena, sede do batalhão em que atuava a maior parte dos agentes convocados para a reintegração de posse na Santa Elina. A segunda passagem pela cidade resultou particularmente irritante e cansativa: durante quatro dias fui driblado, tapeado, desrespeitado. Os poucos que se deram o gosto de dialogar se queixaram de que sempre prevalece a versão dos sem-terra. Pudara. A versão que existe sempre vai prevalecer sobre aquela que inexistente. No vazio, crescem a mentira, o boato, a suposição. (PERES, 2015, p. 21).

Em meio à angústia e à crítica do narrador, nota-se um elemento relevante: a caracterização dos ocupantes da fazenda, à época, por ele mesmo, como “sem-terra”. Como é de se esperar, o narrador, dado seu explícito posicionamento político-ideológico, ao longo da narrativa tem o cuidado de nomear as pessoas que estiveram presentes no episódio em destaque, remanescentes ou atuais moradores, como sem-terra, posseiros, camponeses, trabalhadores, ocupantes, vítimas. Nos relatos obtidos em entrevistas com agentes públicos e nos autos, as mesmas pessoas são descritas como invasoras, guerrilheiras, bandidas, vagabundas. Entendo que a carga semântica dessas palavras, associada ao discurso oficial que historicamente atribui à polícia significados positivos, a exaltação dos ricos como “vencedores” e o preconceito contra movimentos sociais de camponeses criminalizados pela mídia comercial e pelo próprio Estado ajudam na construção da identidade das pessoas do campo no território em tela como negativa, digna de vergonha. E também colabora para a reprodução do silenciamento sobre o passado, mesmo que os camponeses tenham sido as vítimas. Tudo isso pode ter ainda outros agravantes:

Aquele foi o maior conflito agrário do Brasil pós-ditadura. Um conflito anunciado, é verdade (...). Não era apenas uma situação inédita para o Brasil recente: era uma situação inédita para uma unidade da federação recém-nascida, frágil, submetida a um grupo de interesse capaz de ditar as regras desde antes do advento da República. Se nem mesmo as estruturas governamentais de Porto Velho eram sólidas e confiáveis, esperar algum grau de eficiência e isenção naquele confim era ingenuidade. (...) Aqueles 700 quilômetros até a capital faziam de Corumbiara um local distante demais e pobre demais para que merecesse dois minutos de atenção do governador que, empurrado pelos fatos, só desejava que aquele caso nunca tivesse ocorrido. (PERES, 2015, p. 115).

Não havia um movimento coletivo articulado entre os camponeses; apenas algumas lideranças haviam tido contato com o MST, mas dele se distanciaram, e um boato de que aquele acampamento seria promissor para as famílias obterem um pouco de terra. “Alguns depoimentos, tanto os dados à polícia quanto a mim, dão conta de que os líderes, em especial Adelino [de apelido Buriti, personagem mais controverso], venderam a ideia de que estava fácil conseguir um pedaço de terra”. (PERES, 2015, p. 179). Algumas versões atribuem a essas lideranças o encorajamento sem fundamento de outras famílias “inocentes” a ocupar a área e, depois, nos dias mais próximos do evento, de promover uma

espécie de cárcere privado, não permitindo que ninguém deixasse o acampamento. Isso é desmentido e confirmado por sobreviventes, restando a dúvida. Quatro pessoas seriam capazes de confinar 624 famílias? Martins (2009, p. 66) refere, sobre os camponeses acampados na Santa Elina, muitos dos quais entrevistou, que:

Em muitos casos, alguns já vinham de outras experiências de ocupação, mas que não conseguiram lotes. As ocupações do Verde Seringal, Vitória da União e mais recente ao período do conflito, a ocupação e conquista da terra na fazenda Adriana enchia de otimismo os camponeses. A experiência e credibilidade das lideranças da ocupação também contribuíram para a mobilização.

De qualquer modo, fato é que as lideranças do acampamento não se identificaram com o MST e, num processo mal contado, associaram-se à Liga dos Camponeses Pobres (representada, posteriormente, pelo Comitê de Defesa das Vítimas da Santa Elina – Codevise, criado em 2002), que até hoje prevalece no território com sua proposta “revolucionária” (cf. GOMES, 2014; MARTINS, 2009), além de outra entidade com outro tipo de *status* e atuação, que é o STTR (a representar o lado moderado, por assim dizer). Peres apresenta muitos personagens, com destaque para o fazendeiro Antenor Duarte do Vale, os policiais, algumas vítimas do lado dos ocupantes e as lideranças sobreviventes, principalmente Claudemir Ramos, um dos dois condenados pela Justiça, que merece um perfil maior do narrador. Claudemir não aceitou a condenação, por julgá-la injusta, e, desde o julgamento (2000), vive escondido, o que o narrador lamenta. “Queria ter sido um animal político. Agora estava engaiolado, impotente frente ao trabalho incansável dos coveiros de Corumbiara.” (PERES, 2015, p. 288).

Importa salientar que o perfil é um gênero jornalístico fronteiro, situado no limiar entre Jornalismo e Literatura. O narrador informa que, inicialmente, pensou em escrever um livro-reportagem-perfil, mas mudou de ideia porque considerou que a história do conflito e seus desdobramentos seriam mais pertinentes do que a história de vida “isolada”. Com isso, creio que a narrativa perde em humanização e em termos de escrita mais literária, embora ganhe em informações que auxiliam no conhecimento dos detalhes e favorecem a interpretação, ainda que o narrador reitere, diversas vezes, que apresenta versões e a história permanece inconclusa, o que é apenas uma construção retórica, pois seu posicionamento a favor dos camponeses está evidenciado desde o início. Uma das estratégias utilizadas pelo narrador é a instalação do suspense, mesmo que o leitor conheça o desfecho desde o início, pois se vale da estratégia do da catalepse (anúncio). Este é, justamente, um dos méritos da narrativa de Peres, pois, conforme os capítulos se sucedem uns aos outros, mais detalhes se descortinam como retalhos de uma história propositalmente truncada. O narrador repete muitas vezes ao longo do texto que só existem versões, mas se mantém, visivelmente, ao lado dos “sem-terra”, embora reconheça que, no episódio, possam ter havido enganos de todos os lados, mas nada comparável aos erros do Estado, do governador, da polícia e também do Judiciário. Tudo conduz ao lamento sobre o destino dos condenados, inclusive os dois policiais, subordinados que serviram como bodes expiatórios. O grande vilão permanece impune, Antenor Duarte, o fazendeiro que lucrou com a ditadura e segue lucrando com pistolagem, grilagem de terras e relações escusas com o Estado, acusado com provas por trabalho escravo, na forma da servidão por dívida.

O desfecho do “caso” Corumbiara confirma o entendimento do território como espaço político, revelando o triunfo do(s) poder(os). Para isso, há necessidade de criação e consolidação de símbolos, conforme apontam Raffestin (1993) e Haesbert (2004). A nomeação do evento histórico constitui um desses significantes com significados em

explícita disputa. Os donos da voz preferem o silêncio, a não nomeação, o evento como interdito. O termo que talvez possa servir aos dois lados é conflito, pois designa “profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes; o ato, estado ou efeito de divergirem acentuadamente ou de se oporem duas ou mais coisas” (HOUAISS, 2001). A LCP prefere “batalha”, conforme Peres (2015), no sentido de resistência camponesa. Outros preferem “caso”, tanto por ter sido um evento judicializado quanto pelo fato de ainda restarem dúvidas sobre a participação dos lados envolvidos. Chacina também é outro termo utilizado, embora pouco. A palavra que mais parece dar sentido ao evento é massacre, talvez pela repercussão do episódio de Eldorado dos Carajás, em 1996. De fato, o termo massacre expõe a violência da ação policial acionada pelos fazendeiros e marca os “sem-terra” como vítimas.

Os camponeses que viveram vinte e cinco dias na esperança da terra prometida, de repente abismaram-se num inferno dantesco, onde homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudos humanos por policiais e jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas seguidas e o acampamento foi destruído e incendiado. Naquele dia morreram dois policiais e nove posseiros inclusive a pequenina Vanessa, de apenas seis anos, cujo corpinho foi trespassado por uma bala “perdida”. (MESQUITA, 2005, p. 2).

Hoje, o que se observa é que as relações entre território e identidade nos assentamentos oficiais localizados na antiga Fazenda Santa Elina, onde ocorreu o massacre narrado por Peres, se dividem em duas grandes vertentes, territorialmente localizáveis a partir da divisão da Santa Elina ocorrida com o processo de desapropriação pelo herdeiros de Hélio Pereira e pelo INCRA em 2007 após a reivindicação, em Brasília, de uma “soma de forças contraditórias” (PERES, 2015, p. 270), que resultaram na seguinte “cisão”: “(...) os 18.039 hectares passaram a ser divididos entre a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, com 3.489 hectares, a Fazenda Maranató, com 7.493 hectares, e a Água Viva, com 7.056 hectares.” (PERES, 2015, p. 270-271). Evidentemente, foram muitos milhões em dinheiro público destinados aos herdeiros. Depois, houve disputa acirrada pela indicação das famílias aos lotes. No meio da confusão, INCRA, LCP e STTR de Corumbiara. “A solução, se é que se pode chamar assim, foi cortar tudo ao meio: as duas organizações teriam direito à terra. Teriam direito à memória do ocorrido”. (PERES, 2015, 272-263).

Isso marca até hoje, com muita força, a identidade das pessoas e, consequentemente, o território. Um lado quer reivindicar, o outro prefere o silêncio. E, pelo que notei *in loco*, prevalece o silêncio, o apagamento da história, embora lances de memória floresçam em alguns momentos, como a decisão, por parte de algumas mulheres, de nomear a natimorta associação “Menina Vanessa”, confirmando as contradições inerentes à complexa e desigual relação entre camponeses e latifundiários, mal mediada pelo Estado.

Territory, identity and conflict in the non-fictional writing Corumbiara, buried incident

ABSTRACT: It approaches the relations between Territory and Identity in the journalistic report *Corumbiara, buried incident*, by João Peres, from the theoretical perspective of Geography emphasizing the notions of Territory, Territorialization and Territoriality towards a comprehension of the narrative of an agrarian conflict that took place in Rondonia. It put into question the uses of the concept of Territory by other

areas of knowledge. It analyzes the aspects related to Territory and to the construction of Identity in the Contemporary non-fiction writing towards an interdisciplinary approach to the object.

Keywords: Rondonia; journalism and literature; geography; territorialization; territoriality.

* Professora Adjunta III do Campus Paulo Freire da Universidade Federal do Sul da Bahia. Pesquisadora CNPq.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello; BRISKIEVICZ, Michele; MEIRA, Suzana Gotardo de. Territorialidade e Temporalidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.). *Espaços Culturais – vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBERT, Rogério. (Orgs.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARCARI, Margarida. Migrantes paranaenses em Vila de Rondônia (1970-1977): relações com a terra, laços de solidariedade e novos costumes. In: OLIVEIRA, Valéria de; LEANDRO, Ederson Lauri; AMARAL, José Januário Oliveira (Orgs.). *Migração: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores/Editora da UNIR – EDUFRO, 2011.

BRANDÃO, Carlos. *Território & Desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COSSON, Rildo. *Fronteiras Contaminadas – literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Currículo Sem Fronteiras, vol. 3, n. 1, pp. 11-27, jan.-jun.2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf> acesso em 15 de fevereiro de 2018.

_____. Entrando nos territórios do território. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

FERREIRA, Carlos Rogé. *Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas – discursos e contradiscursos, o Novo Jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem*. São Paulo: Edusp, 2003.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Território e Memória. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GOMES, Alisson Diôni. *Conquista da Terra: Canaã, a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia e a perspectiva de transformação social no campo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento IPOTESI, JUIZ DE FORA, v.21, n.1, p.72-90, jan./jun. 2017

Regional e Meio Ambiente). Fundação Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Porto Velho, 2014.

GOMES, Emmanoel. *História e Geografia de Rondônia*. Vilhena: Gráfica e Editora Express, 2012.

HAESBERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Teófilo L. de. *Do Monte Nebo a Jaru – Um passado a ser conhecido*. Canoas: Editora da ULBRA, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica – uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MACHADO, Gilnei. Por uma territorialização da Bacia Hidrográfica. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). *Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan.-jun. de 2008, pp. 57-67. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

MARTINS, Márcio Marinho. *Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências e Tecnologia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

MESQUITA, Helena Angélica de. O massacre de Corumbiara, RO – 1995-2205: dez anos de violência impune. *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente*, 11 a 15 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Helena%20Ang%20E9lica%20de%20Mesquita.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

PERES, João. *Corumbiara, caso enterrado*. São Paulo: Editora Elefante, 2015.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ROSSATO, Alexania; RONSINI, Veneza V. Mayora. Juventude, mídia e movimentos sociais camponeses: encontros e desencontros. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006*. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0716-1.pdf> >. Acesso em: 15 de fevereiro 2018.

SAHR, Wolf-Dietrich; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Territórios-faxinais-espacos. A problemática ‘espaço/território’ na formação social brasileira. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *(Des)Ordem na Fronteira: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2002.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da Natureza - Seringueiros e Colonos em Rondônia*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.

THÉRY, Hervé. *Rondônia – mutações de Território Federal na Amazônia Brasileira*. Sk Editora, 2012.